



De Adolf Hitler@Reich para Lula@gov

Só durante meu governo houve o que hoje se chama de Holocausto

Elia Gaspari

Artista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles 'A Ditadura Encoberta'

Prezado senhor,

Escrevo-lhe porque vi que, depois de se meter numa briga com os judeus, o senhor se explicou dizendo que nunca falou no Holocausto. Indosso a literalidade de suas falas, a razão está consigo. Recapitulô. Em Adis Abeba, o senhor disse o seguinte: "O que está acontecendo na Faixa de Gaza com o povo palestino não existe em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu quando Hitler resolveu matar os judeus". Dias depois, ao se explicar, o senhor esclareceu: "Não tem como interpretar a entrevista que eu dei. Lição a entrevista e parem de me julgar a partir da fala do primeiro-ministro de Israel, [...] Primeiro disse a palavra Holocausto. Holocausto foi interpretação do primeiro ministro de Israel. Não foi minha. A segunda coisa a seguir, morte e morte".

Senhor presidente, desse jeito, tudo se resume a cinco palavras: "Hitler resolveu matar os judeus". O senhor realmente

acha que eu resolvi matar os judeus e disse resolveu uma máquina que exterminou 6 milhões de pessoas? Mataram-se judeus antes e depois de Hitler, mas só durante meu governo houve o que hoje se chama de Holocausto. Não há um sem o outro.

Durante todo o tempo que governei o Reich, persiguei os judeus e tudo o que lhes aconteceu teve o meu estímulo e aprovação, mas lhe escrevo para esclarecer que nada do que aconteceu deveu-se apenas ao Hitler.

De novo, recapitulô, atendo-me ao período posterior à chegada dos europeus à terra que o senhor governa.

Na Pérsia de 556, 2.200 judeus foram massacrados em Lisboa. Em 1642, foi queimado vivo no Terreiro do Paço Isaac de Castro, que havia vivido em Pernambuco e na Bahia. Em 1739, foi a vez de Antônio José da Silva Coutinho, um judeu que nasceu no Rio e escrevia coisas para o teatro.

Aqui onde estou, convivo com vários papas, mas eles pedem que não os mencione. Eu tinha cinco anos de idade quando Edgar Pégas, esse grande pintor francês, expôs uma jovem do seu ateliê ao suspiro que ela fosse judia.

No início do século 20, quando comecei a denunciar os judeus, não estava sozinho. O imperador da Alemanha, Guilherme 3º, vivia no exílio e dizia que, para aqueles "parasitas [...], acredito que o melhor tratamento seria o gás".

Ei, Adolf Hitler, nunca esteve sozinho. Acho que os judeus devem ser expulsos da Palestina e, novamente, não estou sozinho. A guerra de Gaza prova isso.

Quando o senhor diz que resolvei matá-los, exagera. Transforma-me em bode expiatório e fácil, mas inítil. Veja o caso desse Adolf Eichmann.

Ele deportou centenas de milhares de judeus para os campos de extermínio. Depois que

os judeus o capturaram na Argentina, disse que não era antissemita, mas cumpria ordens minhas.

É verdade que cumpria ordens, mas veja a lista de presença na reunião que estruturou a burocracia da Solução Final, ordenada por mim. Ela se deu em Berlim, em 1942, com 15 participantes, inclusive ele. (Eu tinha mais o que fazer?)

Terminada a guerra, vim para cá e comecei o despejo das responsabilidades para cima de mim. Dos 15, 2 já tinham morrido, 1 matou-se, 3 foram executados e outros 2 sumiram. Restaram 7. Todos pagaram penas leves. Um deles, depois de cumprir a pena, conseguiu um emprego público.

Voltou a ser julgado e em 1951, foi condenado a pagar uma multa de US\$ 100 em dinheiro de hoje.

Boa sorte e Heil Hitler! Adolf

Magnoli disse tudo
Demétrio Magnoli disse tudo

sobre Binyamin Netanyahu, o primeiro-ministro de Israel. Seu governo, uma coalizão do Likud com supremacistas de extrema direita, foi golpeado pelas manifestações populares que bloquearam e reformaram judicialmente a autoridade. De pois, no 7/10, foi ferido mortalmente pelos bônus atentados do Hamas que destruíram o edifício da "segurança sem paz" erguido desde 2005. De lá para cá, a guerra sem fim transformou-se na sua boia de salvação — e, por isso, desafiando os EUA, Netanyahu anunciou a expansão da invasão militar na área de Rafah.

Os ricos cotados

Antes que se completasse uma semana da tarde em que Jair Bolsonaro classificou como "pobres cotados" os presos pelo vandalismo do 8 de janeiro, a Polícia Federal prendeu dois empresários, Jovani Andrade e Adauto de Mesquita, sócios na empresa Melhor Atacadista. Eles caíram na rede durante os trabalhos da CPI. Chamados a depor, negaram tudo, mas a quebra dos sigilos mostra que uma de suas empresas pagou a representante do trio elétrico que se instalou diante do QG do Exército.

Na fila de ricos cotados há mais gente.

A Lei de Murphy não falha

Se uma coisa pode dar errado, errará. Não deu outra, a proposta de emenda constitucional que acaba com a reeleição de presidentes, governadores e prefeitos chegou a juri

quando Vargas decidiu que uma categoria de poder teria um sindicato no município, criando monopólios, tanto no sindicalismo dos trabalhadores como nos patronais. Os patrões livraram-se parcialmente desse peso esquecendo-os e criaram associações privadas para a defesa dos seus interesses.

Pelo andar da carruagem, essa história terminará no de sempre: o sindicato da categoria serve para nada, o trabalhador não é filiado a ele e, mesmo assim, tomam-lhe o alqueirão, com desconto na folha.

Em nome de uma coincidência dos mandatos, o relator da PEC, senador Marcelo Castro, propõe que presidentes e deputados fiquem com cinco anos, e os senadores, com dez.

Os presidentes sempre tiveram mandatos de quatro anos. Só um, João Figueiredo, foi reinado com seis anos. O resultado foi desastroso. Com um jabuti desses, fica mais fácil aprovar até a volta da monarquia.

A volta do imposto sindical
Com mão de gato, arma-se

a volta do imposto sindical, embutido a um projeto que regula o trabalho aos domingos e feriados.

O imposto sindical foi criado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo e custeava aos trabalhadores o equivalente a um dia de trabalho por ano. Durante o governo de Michel Temer ele foi extinto.

Com isso, os sindicatos perderam cerca de 95% de seus recursos e cerca de 6 milhões de filiados.

Desde a posse de Lula, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, batalha para recriar o tributo, mudando-lhe o nome e a metodologia da cobrança.

Possui-se ser uma contribuição mandatória a ser paga pelos trabalhadores de uma categoria, desde que ela tenha sido aprovada numa assembleia.

O sindicato que presta bons serviços aos seus associados e negocia direito um dissídio deve ser remunerado por isso. Sindicatos de papel e pelegos devem ser remunerados no tipo de caridade.

Eis que os sindicatos foram ao Supremo Tribunal Federal, e lá decidiu-se que a cobrança de uma contribuição de todos os trabalhadores de uma categoria é constitucional, desde que seja assegurada o direito de oposição. O que é isso o STF não explicou. Coisa típica de um tribunal que vive uma fase de jurisprudente releta.

Segundo o professor José Pastore, "o STF escolheu o caminho da confusão".

Toda essa encenação surgiu quando Vargas decidiu que uma categoria de poder teria um sindicato no município, criando monopólios, tanto no sindicalismo dos trabalhadores como nos patronais. Os patrões livraram-se parcialmente desse peso esquecendo-os e criaram associações privadas para a defesa dos seus interesses.

Pelo andar da carruagem, essa história terminará no de sempre: o sindicato da categoria serve para nada, o trabalhador não é filiado a ele e, mesmo assim, tomam-lhe o alqueirão, com desconto na folha.

Em nome de uma coincidência dos mandatos, o relator da PEC, senador Marcelo Castro, propõe que presidentes e deputados fiquem com cinco anos, e os senadores, com dez.

Os presidentes sempre tiveram mandatos de quatro anos. Só um, João Figueiredo, foi reinado com seis anos. O resultado foi desastroso. Com um jabuti desses, fica mais fácil aprovar até a volta da monarquia.

A volta do imposto sindical
Com mão de gato, arma-se

Total de condenados pelo Supremo por 8/1 chega a 116

Penas vão de 3 a 17 anos; a PGR apresentou ao menos 1.400 denúncias

Constança Rezende

BRASILIA. O STF (Supremo Tribunal Federal) condenou, nesta sexta-feira (1º), mais 15 réus acusados de serem os executores materiais dos ataques golpistas de 8 de janeiro. Todos foram denunciados pela PGR (Procuradoria-Geral da República).

Até o momento, 116 pessoas já foram condenadas pelos ataques, com penas que vão de 3 a 17 anos. A PGR apresentou ao menos 1.400 denúncias contra acusados dos ataques golpistas, mas parte deles pode ser beneficiada por acordos de persecução penal, que evitariam julgamentos pelo STF.

O julgamento da atual lista, feito na sessão do plenário virtual — sistema em que os ministros depositam os seus votos eletronicamente —, foi encerrado na sexta.

O ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, propôs penas que variam de 3 a 17 anos para os 15 réus. Ele votou pelas condenações por



Grupo invade o Píntalo em dia de ataques golpistas. Gabriel Bôa - 8 jan 23, Folha Press

OS JULGAMENTOS DO 8/1 DO STF

116 pessoas

o total de condenados por envolvimento nos ataques golpistas

3 a 17 anos

é a variação das penas impostas pelo Supremo

1.400 pessoas

foram denunciadas pela PGR pelos ataques em Brasília

do, deterioração do patrimônio tombado e associação criminosa armada — além do pagamento, de forma solidária entre os réus, de uma multa de R\$ 30 milhões por danos morais coletivos.

Morais foi seguido pelos ministros Cármen Lúcia, Flávio Dino, Dias Toffi, Gilmar Mendes e Luiz Fux.

O relator afirmou que "os atos criminosos, golpistas e atentatórios das instituições republicanas desbordaram para depredação e vandalismo de ordem financeira que alcança cifras nas dezenas de milhões, para além das perdas de caráter social, político, histórico — alguns inclusive irreparáveis — a serem suportados por toda a sociedade brasileira".

O ministro também afirmou que "a resposta estatal não pode falhar quanto à observância da necessária proporcionalidade na fixação das reprimendas".

"A dimensão do episódio suscitou manifestações oficiais de líderes políticos de inúmeros países, de líderes religiosos, de organizações internacionais, todos certamente atentos aos impactos que as condutas criminosas dessa natureza podem ensejar em âmbito global e ao fato de que, infelizmente, não estão circunscritas à realidade brasileira", disse.

Os ministros Cristiano Zanin e Edson Fachin também acompanharam o relator nos crimes, mas divergiram na pena, propondo punições me-

nores. Já Luis Roberto Barroso, André Mendonça e Kassio Nunes Marques discordaram parcialmente nos crimes. O presidente do STF, por exemplo, afastou a condenação por

abolição violenta do Estado democrático de Direito.

"Confirmei já destaquei em casos semelhantes, a meu sentir, as circunstâncias factuais objetivas descritas nos autos se amoldam unicamente ao disposto no art. 359-M do Código Penal (golpe de Estado), e não aos dois tipos penais concomitantemente, considerada a tentativa de deposição do governo legitimamente constituído, por meio de violência ou grave ameaça", disse Barroso.

Já Mendonça votou pela condenação apenas pelo crime de abolição violenta do Estado democrático de Direito, com pena de quatro anos e dois meses de reclusão e à indenização mínima por danos morais coletivos.

Kassio, por sua vez, defendeu a condenação apenas para o crime de incitação pública de animosidade entre as Forças Armadas e os poderes constitucionais.

Em 18 de dezembro, Moraes exerceu liberdade provisória a 46 presos sob suspeita de participação nos atos de que, infelizmente, não estão circunscritas à realidade brasileira", disse.

Os ministros Cristiano Zanin e Edson Fachin também acompanharam o relator nos crimes, mas divergiram na pena, propondo punições me-